

**Os movimentos
populares e o
“sindicalismo
autêntico”:
um balanço**

Cordel

Coletivo Veredas

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Os Movimentos populares e o "sindicalismo autêntico" : um balanço / [organização Sergio Lessa]. -- Maceió, AL : Coletivo Veredas, 2025.

Vários autores.
ISBN 978-65-88704-44-8

1. Movimentos de protesto - Brasil 2. Movimentos sociais - Brasil 3. Sindicalismo - Brasil - História
4. Trabalhadores e classes trabalhadoras - Brasil
I. Lessa, Sergio.

25-252992

CDD-322.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sindicalismo : Classe trabalhadora : Ciência política 322.2

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Esta licença permite cópia (total ou parcial), distribuição, e ainda, que outros remixem, adaptem, e criem a partir deste trabalho, desde que atribuam o devido crédito ao autor(a) pela criação original.

Sumário

Introdução	4
O passado oprime como um pesadelo.....	7
1. O Movimento popular de 1973-88	7
2. A essência do movimento popular.....	9
3. A revolução por etapas.....	14
4. A domesticação a galope.....	16
A prática, a teoria e os militantes	18
1. A prática e a teoria revolucionárias	20
2. O “concreto” e o “particular”.....	22
3. Marx e os clássicos.....	26
4. Tática e prática.....	30
5. O militante e as massas	34
A migração para o Partido da Ordem.....	37
1. O particularismo das lutas e a adesão ao mercado.....	38
2. O reino do “cretinismo parlamentar”	42
3. Adeus, esquerda.....	45
4. O PT na Presidência.....	47
Então, o que fazer?	52
1. O papel da organização revolucionária.....	53
2. Lições a tirar.....	58

Introdução

Vivemos o mais longo período contrarrevolucionário da nossa história. Nunca, desde o final da Revolução Francesa (1789-1815), houve tantas décadas sem uma grande revolução. O mais longo período contrarrevolucionário vivenciado pela humanidade anteriormente, entre 1871 e 1917 (46 anos), gerou as condições históricas que conduziram ao mais longo período revolucionário que conhecemos, entre a Revolução de 1905, na Rússia, ou, como por vezes se prefere, entre a Revolução de 1917 e a tomada de Pequim pelo Exército Vermelho, em 1949.

O marasmo revolucionário que tem acompanhado nosso tempo não nasce, todos sabemos, de um enfraquecimento das tendências destrutivas do capital. Pelo contrário. Assolados pela crise estrutural, nossos dias trazem contradições em intensidade inéditas que afetam todas as esferas da vida humana: do nível econômico mais básico, passando pelo cotidiano mais banal, chegando até as ideologias contrarrevolucionárias que tentam dar conta da dura realidade em que vivemos.

Daí a importância de um esforço conjunto, não obstante nossas divergências iniciais, de uma ampla, profunda e franca análise do que foram os movimentos populares e o “sindicalismo autêntico”—tanto um quanto outro no nosso passado tão recente que quase aparenta ser nosso presente.

Em nosso entendimento, como se já não bastassem as condições adversas que enfrentamos, também somos legatários de uma tradição conturbada, em muitos aspectos miserável. Se almejamos a superação do capital pelo comunismo, o debate teórico entre organizações é um passo indispensável nessa direção. Este texto é parte desse esforço.

Ele pode – e deve – ser lido e comentado de maneira crítica pelos camaradas. O que trazemos, longe de ser a verdade definitiva transposta em teoria, são apontamentos e reflexões que, esperamos, contribuam para um exame mais profundo de nossa situação; fundamentando, quem sabe, nossas lutas pontuais e nosso movimento geral sobre bases mais concretas.

Nesse sentido, a questão – decisiva para nós – de como se inserir nessas lutas hoje possíveis tem de partir do exame do que estas lutas de fato são, do que elas representam, de quais seus fundamentos sociais, objetivos. Este texto se propõe apenas a esta tarefa: argumentar como e porque os movimentos sociais e as lutas economicistas, sindicais, dos trabalhadores e operários não possuem uma qualidade revolucionária. Argumentar que elas, independente da atuação dos comunistas, não podem se elevar ao nível revolucionário.

A segunda e decisiva questão (como se relacionar a estas lutas) não pode ser abordada, quanto mais resolvida, neste texto. Depende de uma análise e avaliação sobre a tática e a estratégia que não é possível em um texto como este, nem apenas com as forças do Cordel. Nossa posição inicial nesta questão (precisamos estar presentes nestas lutas, mesmo que sejam reformistas em sua essência) carece de um exame consistente da tática e da estratégia. O que, esperamos, possamos poder aprofundar com os camaradas.

Não estamos questionando se é ou não preciso fazer as lutas populares, estar presentes nos bairros e nas fábricas, nas difíceis condições que nos impõem o momento que vivemos. Nem tratamos das questões estratégicas que tangenciam tudo o que aqui discutiremos. O que propomos é um exame do caráter potencialmente revolucionário destas lutas: talvez o maior pecado dos comunistas no século XX tenha sido o de desenvolver uma infinita capacidade de converter necessidade em virtude – e identificar isso à dialética de Marx e de Engels.

Se não temos clareza do que a história nos obriga a fazer, não compreendemos o que de fato fazemos.

Quando não compreendemos a essência de nossas ações, perdemos a possibilidade de revolucionarmos o mundo. Esta é a questão. O que fazer hoje, como acumular forças no sentido da revolução, etc., certamente são problemas que se relacionam ao aqui discutido. Mas não de uma forma direta, imediata: há a mediação do momento histórico em que vivemos, de como sobreviver revolucionariamente sob a contrarrevolução que assistimos. Não é “o que fazer” que discutimos neste texto, mas os limites do que temos feito: questões relacionadas, certamente, mas não idênticas.

Isto posto, podemos passar à questão: qual a essência dos movimentos populares e da luta sindical, economicista, por melhores salários e condições de trabalho nas fábricas e demais unidades produtivas?

O passado oprime como um pesadelo

Um lançar do olhar sobre o que era a esquerda em 1974-80 e o que é em nossos dias não deixa muitas dúvidas. A essência da trajetória do movimento popular e do sindicalismo autêntico é a de uma gigantesca traição à revolução. Das pulsões revolucionárias do passado para a subserviência ao capital em nossos dias: de revolucionário nada restou. Do MST ao PT, de Lula a outros (literalmente) milhares de exemplos: não há lugar a dúvidas.

Por que foi assim? Algo desta resposta trataremos em “O que nos espera? – uma análise de conjuntura”: a evolução da classe operária acompanhando a transformação da estrutura produtiva; a evolução das demais classes sociais. Neste texto investigaremos algumas das outras mediações que atuaram nesta migração em massa à direita do que foram, no passado, os movimentos populares e o sindicalismo autêntico. O esclarecimento dessas mediações pode ser importante para o exame do que somos em nossos dias, para as discussões sobre estratégia e sobre tática que nos aguardam e que só podem ser construídas em conjunto, com o apoio e a troca de experiências entre nossas organizações.

1. O Movimento popular de 1973-88

Como resultado de determinado “desenvolvimento desigual e combinado”, a partir dos anos de 1970, a crise estrutural do capital fez do Brasil um paraíso das multinacionais, passando por um crescimento econômico e por uma modernização industrial muito rápidos. Enquanto a economia mundial dava seus primeiros passos na crise, o Brasil se desenvolvia. Nenhuma surpresa: a riqueza concentrou-se predominantemente no grande capital e, secundariamente, nos assalariados mais

bem remunerados. Massas novas de trabalhadores urbanos foram geradas pelo êxodo rural e pela industrialização “subordinada” (Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, 1968) foi acompanhada por uma concentração sem paralelo da propriedade da terra, mais uma das determinações do nosso passado colonial. Na periferia das grandes cidades, concentrou-se uma massa de trabalhadores cujos salários conheceram o menor poder aquisitivo desde os anos Vargas (o valor real mais baixo do salário mínimo sob a Ditadura ocorreu ao redor de 1975, ainda assim seria quase o dobro do fundo do poço que atingiria no início do século XXI).

Nesse contexto histórico, os movimentos populares surgiram e alcançaram o seu apogeu, não por acaso no mesmo ano em que explodiram as greves de 1978-1979 no ABC e a Ditadura entrava em seu ocaso. Depois das derrotas da luta armada nos anos anteriores, os movimentos populares pareciam capazes de encurralar a Ditadura e possibilitar a reconstrução das organizações revolucionárias. Seu crescimento foi a base social para o surgimento de projetos que faziam da conquista da democracia burguesa a antessala da revolução socialista e, portanto, que faziam da conquista de cada nova escola na periferia, de cada novo posto de saúde em um bairro de trabalhadores, de cada metro de asfalto em um bairro periférico, um passo seguro, “concreto”, do povo para a ordem socialista.

A história, contudo, desprezou aquelas ilusões.

A década de 1980 se encerrou com a Assembleia Constituinte e, no plano internacional, com a consolidação da estratégia neoliberal de administração da crise estrutural do capital. Ronald Reagan e Margaret Thatcher deixavam suas marcas; “Tony” Giddens se tornou o pensador do momento, e logo seria a vez de Habermas e seu “Agir Comunicativo”. No país, o movimento popular e

operário sofreu seguidas derrotas eleitorais¹ e as greves deixaram de ser operárias e se deslocaram aos trabalhadores de colarinho branco, principalmente os bancários e os funcionários públicos. Depois, na década de 1990, as vagas grevistas conheceriam seu ocaso, para não serem retomadas até os dias em que escrevemos este texto.

Por que, ao invés da “nova democracia”, antes-sala do socialismo, terminamos com uma democracia burguesa? Não uma democracia qualquer, mas uma democracia adaptada às condições históricas do Brasil, que manteve no poder as mesmas classes sociais que nos dominavam sob a Ditadura? Que manteve – apenas mais desenvolvida – nossa “inserção subordinada” ao imperialismo?

2. A essência do movimento popular

Há um abismo entre a imagem e a realidade do movimento popular. Anos depois de sua conversão em uma extensão das políticas eleitorais do PSOL, do PT – mas, nos últimos anos, também da direita evangélica – é mais claro o delineamento dos contornos deste abismo.

Nos anos de 1973-1974, a luta armada travava seus últimos combates e sua derrota era previsível. A industrialização dos anos do “Milagre” urbanizara o país (a população urbana passou dos 50%), inchara a periferia de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte com milhões de imigrantes, boa parte nordestinos. Além das condições de trabalho nas fábricas fordistas serem muito duras, a segurança mais do que precária, as jornadas longas e a intensidade do trabalho muito elevada (tudo isso

¹ A pior delas foi a da candidatura Lula para o Governo de São Paulo em 1982. Montoro e Reynaldo de Barros (o candidato de Maluf) venceram nos principais bairros sob forte organização popular. Na Zona Leste, nos bairros mais bem organizados e com maior tradição de lutas, venceu quase sempre Reynaldo de Barros. Lula venceu nos bairros de classe média (Vila Mariana, Pinheiros e outros).

se comparado aos padrões dos países imperialistas, EUA, por exemplo), vivia-se na lama, com esgoto a céu aberto, em moradias precárias e em bairros que se erguiam sem qualquer planejamento – segundo as regras da mais rude especulação imobiliária.

Os transportes públicos eram caóticos e de difícil acesso. O metrô em São Paulo mal dava seus primeiros passos. Dos serviços públicos, faltavam todos: saúde e educação eram os mais prementes, saneamento básico e transporte não ficavam muito atrás. A violência, ainda que qualitativamente distinta da de hoje (não havia milícias e o crime não era tão “organizado”), avançava da periferia para o centro das metrópoles.

À miséria crescente somavam-se as derrotas da esquerda – era um roteiro dantesco. Depois das organizações armadas (VPR, ALN, VAR-Palmares, etc.), a repressão desarticulou o PCdoB, com o assassinato de parte ponderável do seu Comitê Central, em 1976. Então, foi a vez do PCB. Neste meio tempo, organizações surgidas naqueles dias também eram desbaratadas (MEP, Liga Operária e outras). As notícias sobre mortes, torturas e condenações nos tribunais militares eram cotidianas.

Estas duas tendências (miséria crescente e dificuldades insuperáveis de atuar nos moldes das organizações que vinham sendo destruídas), somaram-se a uma ruptura entre a geração “dos velhos” (presos, clandestinos ou exilados, quando não mortos) e os “novos militantes”. A tradição, o conhecimento e a experiência, por mais marcados que fossem pelo stalinismo, pelo pensamento mecanicista e pelo burocratismo e monolitismo – mesmo este pouco foi sendo perdido e substituído por uma eclética e rude visão de mundo que se expressava, de modo condensado, em uma concepção democrática, gradualista e basista do que seria a revolução.

Concebiam-se o socialismo como a estatização das forças produtivas e, correlatamente, como a construção de um Estado que representasse a totalidade dos trabalhadores. Um Estado que fosse a realização das necessidades da maior parte da população, a parte trabalhadora, teria de ser um Estado democrático – mais democrático que a mais democrática democracia burguesa. O socialismo seria a verdadeira democracia, acreditava-se então.

Como trataria da transição de um Estado a outro (não da superação do Estado pela Comuna), a transição tinha de ser concebida como gradual e paulatina. Não se negava a necessidade da revolução. Pelo menos não abertamente. Todavia, a revolução era predominantemente concebida como um longo processo a ser construído no dia a dia, num acúmulo paulatino que levaria as massas ao poder político. Esta transição seria paulatinamente construída tanto nos bairros, nas organizações populares, quanto nas fábricas e em organizações profissionais como os sindicatos. Em um determinado momento, este acúmulo paulatino levaria à revolução: de grão em grão, a galinha encheria seu papo.

Para este trabalho nas bases, o imprescindível era uma enorme e gigantesca dedicação. Além de trabalhar para se manter, como todo mundo, o militante, nos finais de semana e muitas de suas noites, dedicava-se a encontrar moradores, fazer reuniões clandestinas ou não, articular pessoas e lideranças. Organizar um bairro naquelas condições de miséria, tendo que trabalhar como todo mundo e sob a repressão política, requeria um tipo especial de militante. Devotado à militância e com uma responsabilidade admirável. Quase sempre atuaria isolado, com apoio distante de sua organização, se é que a organização a que pertencia não fora destruída pela repressão. Neste caso, não raramente, era o militante o único remanescente, ou dos poucos, do que antes pertencia a uma organização.

A única organização geral, que tinha tentáculos em toda a malha urbana, era a Igreja católica. Nela, lembremos, estava encastado um núcleo da Teologia da Libertação que, diferente dos nossos dias, tinha uma postura política abertamente revolucionária, na acepção que predominava entre os militantes e dirigentes do movimento popular: processo de acúmulo gradual que levaria à revolução, isto é, à construção de um Estado dos trabalhadores que seria o mais democrático de todas as democracias. Obviamente, com uma crítica primitiva ao “vanguardismo” e ao “foquismo”. Primitiva porque se limitava à forma, à superficialidade: foram muito rápidos, avançaram sem levar consigo o povo.

A ruptura com a esquerda anterior a 1964, devido tanto à repressão, quanto às condições econômicas (o Milagre) e sociais (uma nova camada da classe operária que se sobrepunha ao proletariado dos anos de 1930-60, a miséria da periferia dos centros urbanos que cresciam, etc.) em que tinha lugar a “nova militância” —, ambos os fatores contribuíram para que predominasse no movimento popular, uma concepção simplista e mecânica do que seria a sociedade capitalista e das razões para a implantação das Ditaduras na América Latina.

Concebia-se a sociedade capitalista como composta por burgueses e trabalhadores. Poucos, muito poucos, iam além do *Manifesto Comunista*. Concebia-se a exploração, a mais-valia, como uma relação perde/ganha. Se aumenta o salário, a burguesia perde. Se a burguesia ganha, o trabalhador perde. Que o aumento da massa salarial pode favorecer a acumulação do capital e a concentração da riqueza — fenômenos desse tipo, tão frequentes no capitalismo do século XX, eram inconcebíveis para o “marxismo” daqueles dias. A pequena burguesia, as “classes de transição” (Marx, *18 Brumário*), compareciam nas análises apenas como explicação para as “ideologias pequeno-burguesas”. Seu papel e funções sociais eram ignorados.

“Organizar os trabalhadores” nos bairros e nas fábricas: esta a chave para o “Estado de todo o povo”, o socialismo. A finalidade desta organização pouco importava: lutava-se pelo que estava no dia a dia da população, na certeza de que, não importando por onde se inicia, o aumento da luta elevaria a consciência até a concepção de mundo revolucionária. Organização maior corresponderia à elevação no sentido revolucionário da consciência: este era um dos dogmas daqueles dias.

Nesta concepção de mundo, concebia-se o complexo processo que conduziu o país de 1930 a 1964 de maneira não menos simplista. A burguesia e o imperialismo implantaram a Ditadura para destruir o ascenso das lutas populares que – acreditava-se piamente – caminhavam em direção ao socialismo. O que, então, era tomado como a prova cabal de que a democracia, mesmo a burguesa, seria incompatível com a manutenção do capitalismo. Por isso o Golpe Militar de 1964.

Daqui, deduzia-se a estratégia, não menos simplista e mecânica: como capitalismo e democracia seriam incompatíveis, conquistar as liberdades democráticas, ampliar a participação dos trabalhadores e do povo em geral na política (no Parlamento, nos governos, nos partidos oficiais, nas campanhas eleitorais, na imprensa, nas escolas e universidades, etc.) era um passo em direção ao socialismo (o “Estado de todo o povo”). Um texto de Mao Tsé-Tung, “A nova democracia”, fazia enorme sucesso naqueles anos. Assim como outro, sobre a dialética, “Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo”.

Os mais teóricos, capazes de alguma elaboração, navegavam no ecletismo (sem terem, na enorme maioria dos casos, noção disto). Uma rebaixada leitura do *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, de Lenin (em sua etapa superior, as contradições do capitalismo conduziram necessariamente ao socialismo), era combinada com elementos da teoria foquista vinda principalmente de

Guevara e de uma extrema simplificação da Revolução Cubana (o foco guerrilheiro era tudo, o restante da luta de classes na ilha quase não contava). Recebia ainda as influências da migração de parte da esquerda europeia ao maoísmo (os althusserianos exerceram influência sensível). Filosófica e sociologicamente, não se ia muito além de *Os princípios fundamentais da filosofia*, de G. Politzer, e de *Conceitos fundamentais do materialismo histórico*, de Marta Hannecker. A tudo isso, juntava-se uma elaboração vulgarizadora deste ecletismo por Régis Debray, *A revolução na revolução*.

Sendo breve, mas fiel ao núcleo desta concepção: a luta guerrilheira pela democracia era a forma superior de luta pelo socialismo. Após ter atingido a sua etapa superior, última, o capital intensificaria necessariamente as suas contradições – o que conduziria, não menos inevitavelmente, ao socialismo. A crise do capitalismo era de tal ordem que até mesmo a democracia burguesa se tornara com ele incompatível. Por isso, a luta democrática que se iniciava nos bairros e nas fábricas necessariamente evoluiria à guerrilha. Conquistada a democracia, o socialismo estaria na esquina... pois a entrada dos trabalhadores na política seria o essencial para a transição a um Estado de todos os trabalhadores, que controlasse toda a produção: o socialismo.

3. A revolução por etapas

Desta concepção decorria, com lógica impecável, que a plataforma da revolução seria cumprida por etapas. Uma etapa democrática, uma etapa socialista. Como se concebia estas duas etapas e suas inter-relações, era o que distinguia uma revolução da outra. Cada organização tendia a ter sua própria versão das duas etapas e de como seria a transição entre elas. Todas, contudo, partiam da conquista da democracia burguesa como conduzindo à primeira etapa, democrático-burguesa, cujo desdobramento conduziria à segunda etapa, socialista. Como se concebia o papel da luta armada, se seria

no campo ou na cidade, como se imaginavam os distintos papéis dos trabalhadores e camponeses, dos estudantes e dos intelectuais, etc. — era nisso que se diferenciavam as organizações e tradições revolucionárias.

Contudo, era universal entre elas o núcleo democrático e a concepção de que a revolução se constrói no dia a dia. A revolução seria a evolução da organização, hoje, de um bairro, amanhã do bairro vizinho; hoje, deste departamento nesta fábrica, amanhã no departamento ao lado; do convencimento para que aderisse à luta, hoje de um indivíduo, amanhã de outro, etc. Concebia-se que do somatório das lutas e organizações parciais brotaria a revolução.

A vinda de Guevara para a Bolívia, a maioria das organizações foquistas e a Guerrilha do Araguaia expressavam variações desta concepção eclética mais geral. Da mesma forma como a Revolução Iraniana de 1979 (a impressionante derubada da ditadura de Reza Pahlevi pelos milhões nas ruas) e a Revolução Sandinista de 1978 (com a não menos impressionante tomada de Manágua pelos guerrilheiros carregados nos braços do povo que se organizara no movimento popular no campo e na periferia de Manágua) seriam, para essa concepção típica dos movimentos populares e do sindicalismo autêntico, a prova prática de como esta estratégia e estas concepções estariam não apenas corretas, como ainda conduziriam à revolução em pouco tempo.

O quanto disso, na consciência dos militantes de então, se fundiu com a Igreja católica e as comunidades de base, não pode ser exagerado. Em 1980, na PUC de São Paulo, foi organizado um encontro de Daniel Ortega, então um revolucionário sandinista, com padres, freiras, seminaristas, etc. e militantes do movimento popular. D. Pedro Casaldáliga ganhou de Ortega uma jaqueta do uniforme

sandinista. Se declarou “parametrado” e o público veio abaixo!²

4. A domesticação a galope

O que ocorreu em poucos anos não foi a revolução, mas a domesticação desta esquerda pelo Estado burguês.

A concepção de mundo que predominava no movimento popular e operário era tão pouco revolucionária que facilmente poderia, em um “espírito de frente”, se articular mesmo na prática com os católicos de esquerda ou políticos burgueses. Sua “certeza” de que a organização da população em geral para lutar pela democracia era o caminho seguro ao socialismo, a tornou facilmente manipulável pelos políticos e pela ideologia democrático-burguesa. Não é mero acaso que José Dirceu, José Genoíno, Dilma, Sergio Motta, Luiz Gushiken, José Serra, Valério Arcary e tantos e tantos outros daquela geração tenham se convertido em políticos membros do Partido da Ordem. Também não é mero acaso que parte não desprezível da alta burocracia do atual estamento político-burocrático em nosso país seja composta por antigos militantes.

A expressão teoricamente mais elaborada e mais bem-acabada desta concepção de mundo democrática (que se pretendia revolucionária) deu-se com a absorção da obra de Gramsci³ e com o texto de Carlos Nelson Coutinho, “Democracia como

² Consultar https://www.pliniocorreadeoliveira.info/Noite%20Sandinista_198008.pdf Um relato correto em uma análise típica do Plínio Correa.

³ Gramsci, nisto, não tem qualquer culpa. Os seus textos mais citados são de quando estava preso. Escrevia em uma linguagem cifrada para os cadernos passarem pelos censores de Mussolini. Que seus textos sejam em larga medida incompreensíveis e possibilitem as interpretações mais díspares, por vezes mesmo delirantes, não é sua culpa. Foi justamente esta imprecisão que o tornou tão útil à esquerda que se adequava ao horizonte burguês.

valor universal”. Filosoficamente, o texto é de um profundo idealismo. Politicamente, é o equívoco que coloca o que se pretende ser “esquerda” a reboque das forças burguesas. Na melhor das hipóteses, o equívoco de conceber a esquerda como a ala esquerda da democracia burguesa. Na pior, termina dissolvendo a esquerda nas forças políticas burguesas⁴.

Esta descrição, contudo, não passa de uma constatação. Quais as razões desta queda do revolucionário no regaço da burguesia? De sua conversão ao neoliberalismo? Uma das razões, tratamos em “O que nos espera – uma análise de conjuntura”: a evolução das classes sociais, em particular do proletariado, em nosso país. Outras duas razões abordaremos a seguir: a prática e a ideologia (a concepção de mundo) dos movimentos populares e do sindicalismo autêntico.

⁴ Muito instrutivo, nesse sentido, o livro de José Paulo Netto, *Pequena história da ditadura* (Cortez). O texto é a descrição do que o autor considera a vitória do PCB contra a Ditadura: a eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral e a derrota de Maluf. Narra em detalhes a ativa participação do PCB como caudatário das forças burguesas mais conservadoras do campo democrático: Sarney, Tancredo, Aureliano Chaves e caterva. O texto é de uma honestidade de doer na alma.

A prática, a teoria e os militantes

Os movimentos populares se expandiram de maneira impressionante. De inexistentes em 1973, em 1978 conduziram a uma organização molecular da periferia de São Paulo que se estendia por quase todas as zonas sul e leste, regiões que concentravam os trabalhadores mais pobres e os operários. O mesmo, em menor escala, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. A repressão tinha extrema dificuldade: os militantes se misturavam com o “povão” e eram dificilmente identificados. As organizações respeitavam, mesmo que com falhas, as regras da clandestinidade. Os revolucionários sumiam “no seio do povo”: viviam e trabalhavam no bairro, falavam como se fala na periferia, comungavam do destino dos trabalhadores. A elevada autonomia local de cada bairro e cada movimento dificultava a localização de suas lideranças. A quantidade de pessoas envolvidas nos bairros, o apoio político e a simpatia de personalidades e instituições democráticas, bem como a simpatia que contava na população em geral – tudo isso possibilitava que os militantes sobrevivessem e as organizações clandestinas se reorganizassem. Em 1978, a Assembleia do Custo de Vida levou mais de cinco mil moradores da periferia para a Praça da Sé, em São Paulo, sob um cerco policial dos mais impressionantes (há fotos na internet). Mais de um milhão de assinaturas em um abaixo assinado contra a carestia foram coletadas e reunidas naquela assembleia. Mutirões nos bairros para a coleta de assinaturas de casa em casa se completavam com mutirões no centro da cidade. Um pouco antes, o movimento estudantil estava retomando a ofensiva e se reorganizando. Os assassinatos de Herzog e Manoel Fiel Filho levaram milhares à Catedral da Sé, para cultos ecumênicos

que eram, em realidade, manifestações contra a Ditadura. Meses depois da Assembleia do Custo de Vida, teríamos as greves do ABC em 1978-1979 e o 1º. de maio de 1980 em São Bernardo. No campo, o MST dava seus primeiros passos.

O sucesso da ofensiva popular-democrática sobre a Ditadura não podia deixar de impressionar. Na universidade, oceanos de tinta foram gastos na investigação deste “fenômeno social”. José Álvaro Moisés conheceu seus quinze minutos de fama. O que se afirmava nesses círculos acadêmicos não era de todo distinto do que se pensava nas periferias: estaria surgindo uma nova via à revolução, e a uma nova, agora democrática, revolução: o movimento popular. Elogiavam-se os “novos sujeitos sociais”: nem partidos, nem sindicatos. Diferente do que ocorrera na Rússia e na China, em que partidos centralizados e verticalizados conduziram a revolução, aqui ela nasceria de baixo para cima. A crítica liberal à URSS (o que falta é democracia, liberdade, etc. para ser o autêntico socialismo⁵) estaria sendo realizada “na prática” pelo movimento popular e sua organização descentralizada. Nos bairros, a impressão era de que a vitória seria uma questão de pouco tempo: Nicarágua e, em menor escala, o Irã, apontavam o futuro que se tinha por assegurado.

⁵ A expressão mais acabada e melhor articulada desta concepção está representada pelo texto de Carlos Nelson Coutinho “A democracia como valor universal” (texto que o autor, depois, avaliaria que precisaria de alterações, mas que era substancialmente acertado). Lukács também estava neste campo. Bem como todo o eurocomunismo, Fernando Claudin e não poucos outros (veja-se, por exemplo, o texto de Isaac Deutscher, um grande historiador e trotskista, *The great Contest*, do início dos anos de 1960).

1. A prática e a teoria revolucionárias

Para compreendermos a mentalidade, a concepção de mundo, do militante típico dos movimentos populares, é preciso, por um lado, que não percamos de vista o seu enorme sucesso – muito maior do que antecipado. O seu apogeu, os anos de 1978-80, levava a crer que não apenas a estratégia, como também as concepções ideológicas mais gerais nele predominantes, estariam sendo “comprovadas pela prática”. Se esta prática estava em contradição com os “livros”, azar dos “livros”. Em um processo ideológico que é mais complexo e mediado do que aqui indicaremos⁶, o que nos importa, dele, é que resultou em um elogio da ignorância: de que valiam livros que o povo jamais iria ler? Os ensinamentos da prática, que brotavam das lutas nos bairros e nas fábricas (naqueles muito mais numerosos que nestas), nas escolas e nos sindicatos de profissionais liberais (o dos jornalistas em São Paulo, por exemplo) certamente seriam mais importantes do que os conhecimentos que poderiam ser adquiridos nos livros e longe das “lutas concretas”. Estudar a teoria revolucionária era um desvio teoricista e pequeno-burguês (como se vulgarizou dizer: “o critério da verdade é a prática”). Nesse caso, uma prática individual, e não “social” como diz Marx). No máximo, um ou outro pequeno texto, um ou outro manual. O caminhar do povo nos mostraria o caminho!

É preciso, contudo, que não esqueçamos o acima mencionado: a repressão impossibilitou a transmissão da experiência e conhecimento (novamente: por mais mecanicistas, stalinistas e monolíticas que fossem) da geração anterior. Até mesmo uma certa tradição de estudo dos clássicos foi perdida. É preciso, ainda, não se perder de vista que

⁶ Algumas dessas questões foram abordadas em *O revolucionário e o estudo – por que não estudamos?*, de Sergio Lessa, publicado pelo Instituto Lukács.

houve, aqui e ali, iniciativas para tentar, se não superar, ao menos minorar esta debilidade. A mais significativa que nos vem à mente é o “13 de Maio”, cuja figura central foi o Skap. Por fim, não se deve perder de vista o enorme sucesso dos movimentos populares naqueles anos: seu crescimento era impressionante, de qualquer perspectiva.

Relembrado o que não deve ser esquecido, examinemos como, nesta concepção revolucionária, a prática política, a teoria revolucionária e a qualidade pessoal do militante se articulavam.

A prática era tomada em seu sentido mais imediato: aquilo que se faz. Tal como a prática de se fazer bolo torna o confeitoiro mais capaz, a prática da luta política torna o militante mais revolucionário. “Prova-se o pudim, comendo”, não dizia Engels? Que a prática que se repete também se desenvolve é um fato cuja veracidade pode ser verificada cotidianamente, em uma infinidade de casos.

Se isto é verdade, não menos verdadeiro é que esta aceção de prática é incapaz de abarcar outra esfera não menos concreta da existência: os processos sociais que não se limitam ao aqui e agora imediatos. Há toda uma dimensão da vida social, quase sempre a dimensão predominante, composta pelas tendências históricas mais gerais. Um exemplo: a tendência à queda da taxa de lucro, que faz com que o capital necessite destruir cada vez mais intensamente o planeta e os seres humanos, não pode ser apreendida na prática imediatista, do aqui e agora, tal como ocorre com a prática de se fazer bolo. As lutas ao redor de finalidades limitadas, locais, reformistas (que Lenin, em *O que fazer?* denominava de “economicistas”) possuem este limite insuperável: não tocam as tendências e processos sociais que determinam a essência de nossas vidas, não tocam o capital. Não possuem sequer a potência de unificar “o povo” na luta “pela libertação”, como se dizia então. Ao contrário: terminam

por opor um bairro ao outro, um operário ao outro, uma fábrica à outra. Sob o capital, não há recursos para todos os bairros: estabelece-se a disputa entre eles. Sob o capital, não há empregos para todos: estabelece-se a disputa de cada operário contra todos os outros. E assim sucessivamente. A única luta que pode unificar o proletariado e atrair seus possíveis aliados entre os assalariados é o confronto com a totalidade do capital. E isto é algo que, por suas próprias essências, nem os movimentos populares, nem o sindicalismo, podem proporcionar. Antes, não raramente se convertem em obstáculos que dificultam o avanço das lutas, assim que os embates das classes se intensificam.

É neste contexto prático, teórico e ideológico que se desenvolveu um certo fetichismo das lutas singulares, locais. Estas eram elogiadas e elevadas a modelos a serem seguidos e que, não raramente, eram tidas por “concretas”. Fazer a “luta concreta” nos bairros e nas fábricas: esta a “via concreta” à revolução. O “concreto”, aqui, merece ser examinado.

2. O “concreto” e o “particular”

O que são “as lutas concretas que surgem das massas” – bem entendido, em nossos dias de contrarrevolução? Quais suas potencialidades revolucionárias? Quais suas determinações de classe? Qual a relação que mantém com a propriedade privada, com o capital?

Fazendo curtíssima uma longa e belíssima história, a humanidade desenvolveu há milênios uma concepção de abstrato/concreto que brota da vida cotidiana e que tem ainda hoje validade. O concreto é a pedra, é aquilo que tropeçamos. O abstrato é a ideia, é aquilo no qual não se tropeça. Por uma derivação dessa concepção, o “concreto” das lutas que brotam “das massas” denomina aquelas atividades existentes no dia a dia, que constituem experiências que se vive na vida cotidiana, que são

próximas e mais imediatas à vida e à consciência das massas.

Esta é uma concepção de concreto/abstrato que predominou de modo quase absoluto desde Platão até chegarmos a Hegel, nos primeiros anos do século XIX. Algo, contudo, teve que ser alterado: a passagem da humanidade pela Revolução Industrial (1776-1830) e pela Revolução Francesa (1789-1815) elevou à consciência uma determinação universal da matéria até então desconhecida: a totalidade é mais do que uma justaposição ou somatória dos seus elementos. O desenvolvimento do capital, das relações de produção capitalistas maduras, o predomínio indisputável do trabalho assalariado na produção da riqueza social, a leis universais da reprodução do “capital social total” (Marx), por um lado e, por outro, o complexo processo francês a evidenciar que há tendências históricas que dirigiram a revolução sem que estivessem presentes nos atos singulares dos revolucionários – além de outros fatos, como o desenvolvimento do que seria a biologia, a astronomia, a física, etc. dos nossos dias – todos esses acontecimentos evidenciaram que há uma determinação qualitativamente distinta na universalidade, na totalidade, frente às suas partes singulares ou particulares.

A razão é hoje, para nós, simples de ser compreendida: a totalidade possui, além dos seus elementos, também as inter-relações destes elementos entre si e com a totalidade. Por isso a totalidade é a síntese, não a justaposição ou a somatória das partes. É esta síntese que confere à totalidade uma qualidade que o singular não possui. Isto vale para a natureza (uma molécula de água possui qualidades que não estão presentes no oxigênio e no hidrogênio) e para o ser social (a queda tendencial da taxa de lucro se expressa enquanto tal no capital social total, não em cada capital isoladamente; o tempo de trabalho socialmente necessário consubstancia o valor de troca das

mercadorias, mas não necessariamente de cada mercadoria singular a todo momento, etc.)

Assim, por exemplo, o trabalho abstrato (esta relação social da qual estão excluídas todas as qualidades humanas exceto a capacidade média de trabalho de uma população trabalhadora) determina mais concretamente (se permitem o trocadilho) a vida de cada um de nós do que a circunstância de morarmos em Belém ou de termos nascido em uma família burguesa, ou trabalhadora. Ainda assim, o “abstrato” do trabalho assalariado, sua desumanidade essencial, não emerge na luta e vida cotidianas. A não ser “dentro dos limites da lei e da ordem”⁷, como lutas que, ao fim e ao cabo, dizem respeito ao valor do salário. Por mais que estas lutas que brotam das massas se desenvolvam, são sempre “conservadoras”, não chegam ao patamar revolucionário. “Em vez do lema conservador de: ‘Um salário justo para uma jornada de trabalho justa!’, [o proletariado – SL] deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado!’”⁸

⁷ Na expressão de Francisco Martins Rodrigues (“Ação Comunista em Tempo de Maré Baixa”, 1997): “Sabemos que a revolução só se constrói a partir do movimento real e não a partir de modelos por nós inventados. Fora das situações excepcionais de crise revolucionária, as massas lançam-se na luta para obter pequenas melhorias dentro dos limites da lei e da ordem; só participando nessas lutas podem os comunistas ajudar os colectivos de trabalhadores a percorrer a sua própria experiência, tomar consciência do antagonismo dos seus interesses face aos da burguesia, criar hábitos de organização, ganhar confiança nas suas próprias forças.”

⁸ Marx, K. “Salário, preço e lucro”, em *Textos 3*, Edições Sociais, São Paulo, p. 377-8. Também na Coleção Os Pensadores, da antiga Abril Cultural, fascículo “Marx”, edição de 1999, p.99

Quando dizemos que tais lutas não “chegam ao patamar revolucionário”, o fazemos por duas razões. A primeira, é que jamais isso ocorreu na história. A segunda, é que as condições de reprodução dos trabalhadores e operários sob o capital impõem que a teoria revolucionária não pode ser por eles diretamente produzida. Também, sob este aspecto, a teoria é comprovada pela história. Raríssimos são os teóricos revolucionários (Mészáros é um deles) que têm suas origens de classe no proletariado.

Concreto e abstrato – além da concepção milenar – passaram, após Hegel e Marx, também a expressar relações objetivas, presentes na realidade mesmo que não compareçam na consciência, que excluem, cancelam, mediações (o abstrato do trabalho assalariado, p. ex.), ou que são plenas de mediações, como o trabalho concreto do vidraceiro, do marceneiro, do professor, etc. que é comprado enquanto trabalho abstrato.

O que a expressão “as lutas concretas que surgem das massas” indica é, mais precisamente, as lutas “particulares” que “surgem das massas”. Eram no passado, e são no presente, lutas de fato particulares: envolvem finalidades bem específicas (asfalto, escolas, água tratada, mutirões para melhoria das residências, etc.) e englobam um número restrito de pessoas. O que, aos olhos da concepção de mundo dos movimentos populares, parecia como uma luta ou finalidade abstrata (a destruição do Estado, a superação da propriedade privada), o era pelo fato de estar distante da consciência das massas – não porque sejam de fato abstratas. Antes, em um certo sentido, são mesmo mais concretas (pois determinam com uma dureza maior que a da Cordilheira dos Andes o destino geral de todos e a vida cotidiana de cada um) do que as lutas do movimento popular e sindical. As quais têm por limite buscar rearranjos na ordem do capital. A luta contra o capital sequer pode ser

mencionada, quanto mais defendida. As finalidades e objetivos são tão pequenos e limitados, que, em nossos dias, não raramente sequer se pode mencionar o governo Lula ou até mesmo as sucessivas reformas trabalhistas, com receio de se perder o pouco que se conseguiu organizar. O passado, nisto, era em tudo idêntico aos nossos dias.

3. Marx e os clássicos

Há um oceano que separa a concepção que se articula espontaneamente, a partir dos movimentos populares e do movimento sindical, e a concepção revolucionária dos clássicos. A primeira distinção importante é que, na concepção de mundo dos movimentos populares, a era da revolução proletária já estaria em andamento. Tendo-se ou não consciência, desejando-se ou não, a evolução das lutas e das contradições, que brotam “feito cogumelo depois das chuvas” pela essência do próprio capitalismo, conduziria à revolução. Esta inevitabilidade da revolução teria seu fundamento “dialético” no próprio capitalismo: ele produz seu próprio coveiro e seu próprio túmulo. Aberto o período histórico de transição ao socialismo, mesmo as lutas burguesas (pela democracia) ou pequeno-burguesas (em defesa da pequena propriedade privada) desdobrariam uma contradição insuperável com o capital. Por isso, mesmo as lutas locais, particulares, articuladas ao redor da propriedade privada, conduziriam tanto a prática quanto a consciência ao socialismo.

Os clássicos do marxismo (Marx, Engels, Rosa Luxemburgo, Lenin, etc.) pensavam outra coisa. Para Marx e Engels, a era das revoluções era uma possibilidade, não algo inevitável na história. Daqui a necessidade da ação revolucionária e a crítica ao reformismo e a seus objetivos pequenos e limitados, que sequer tocam os limites “da lei e da ordem”. Para o que se tornou predominante no marxismo já nos anos de 1920, a era da revolução

proletária já estaria em andamento. O socialismo já estaria sendo construído, já seria uma realidade. Neste período histórico revolucionário, avaliavam, todas as contradições com o imperialismo e com o capital – ainda que fossem pequenas e limitadas, teriam por solução necessariamente o avanço da revolução e do socialismo. Querendo ou não, tendo ou não consciência, objetivamente já seriam movimentos revolucionários. Daqui que tudo dependeria da ação dos comunistas na disputa da direção desses movimentos particulares, pois a potência revolucionária dos mesmos estaria dada pela transição que já se iniciara para o socialismo.

O que os movimentos populares denominavam como lutas concretas, reais (hoje, em nossos dias, tais lutas concretas abarcariam desde o genocídio do povo palestino até a organização de mutirões entre trabalhadores, da luta por escolas, saúde, etc.), são concretas no sentido de que são mais próximas e partícipes da vida cotidiana. Contudo, bem pesadas as coisas, são lutas particulares. Os seus “objetivos” têm de ser pequenos e limitados, isto é, colocam em questão a distribuição da renda, lutam por melhores condições de vida e trabalho, mas não podem evoluir (pois são lutas regradas pela “lei e ordem” da propriedade privada) à luta revolucionária. Luta que, para ser revolucionária, tem de superar os objetivos “pequenos e limitados” dos conflitos que brotam feito “cogumelos depois da chuva” da vida sob o capital. Luta revolucionária que se caracteriza por possuir objetivos universais: a destruição do capital, a superação da totalidade do modo de produção capitalista pela totalidade do modo de produção comunista.

Não há passagem gradual – a transição, neste caso, é uma ruptura – entre esta particularidade dos objetivos pequenos e limitados que das lutas sob o capital e a universalidade dos objetivos revolucionários. Nesta ruptura, neste salto, temos uma das distinções essenciais entre a revolução e a reprodução “normal” das sociedades.

O quanto as lutas particulares (o movimento popular, a luta dos operários por melhores salários e condições de trabalho nas fábricas, etc.) não têm condições de evoluir para a luta revolucionária, o quanto a luta revolucionária é a superação – não o desenvolvimento – das lutas particulares, já argumentava Marx em *A questão judaica* (de 1843, publicado em 1844). Essa posição foi reafirmada ao longo de toda a sua obra (lembramos de “Salário, preço e lucro”, por exemplo, ou de *O 18 Brumário*, ou de *As lutas de classe na França*, etc.). Lenin retoma esta questão em *O que fazer?*, em que critica duramente os que querem converter a “luta econômica” em “luta política” (isto é, revolucionária). Por isso os comunistas “por toda a parte” “apoiam todo o movimento revolucionário”, mas não todas as lutas: lembramos a irônica oposição de Marx e Engels às lutas de classe da pequena-burguesia contra a burguesia, a oposição dos dois ao apoio à luta pela propriedade da terra dos camponeses alemães contra os *junkers* (os latifundiários da Alemanha de então). A se lembrar, ainda, a nítida distinção de Lenin, em *O que fazer?*, entre as tarefas dos revolucionários e as tarefas do burocrata sindical. Para não mencionar as críticas dos comunistas de esquerda, de Rosa Luxemburgo e de Karl Liebknecht ao centro e à direita do Partido Social-democrata alemão (que incluía o decisivo do movimento sindical de então).

Nas “lutas concretas”, isto é, nas lutas mais próximas do nosso cotidiano, como as lutas por salários ou melhorias de condições de moradia nos bairros periféricos, não predominam as relações sociais concretas (isto é, aquelas que são portadoras das tendências históricas universais que brotam da essência do capital e que determinam a essência desumana da existência de todos e de cada um de nós). Em nenhuma delas, o combate à exploração do ser humano pelo ser humano (isto é, a propriedade privada com tudo que a acompanha, o Estado, o patriarcalismo, etc.) tem lugar. Pelo

contrário, seus objetivos são tão pequenos e limitados que, hoje em dia, sequer é possível nelas incluir a luta contra o governo Lula ou Bolsonaro, nem sequer contra a reforma trabalhista operada pelos governos burgueses – para não falarmos da necessidade de superarmos a ordem estabelecida.

São lutas particulares, que abarcam finalidades particulares (sempre, sem exceção, uma defesa da propriedade privada, nos limites da lei e da ordem), que organizam um pequeno grupo (particular) de moradores ou trabalhadores para conquistas possíveis (particulares) sob a ordem do capital. São tudo, menos lutas revolucionárias ou com potencial revolucionário. Bem ponderadas as coisas, não são lutas concretas, no sentido de serem plenas das mediações essenciais dos nossos dias (o capital e suas consequências, etc.); são lutas antes abstratas (pois delas estão necessariamente excluídas as determinações mais essenciais da sociedade burguesa) e são lutas particulares (sequer podem se universalizar).

Esta impossibilidade está presente mesmo quando se trata de manifestações de milhares ou mesmo milhões contra o genocídio palestino: são essencialmente ineficazes quando lutam por uma ordem democrática na Palestina ou por um Estado palestino. São lutas em defesa de um reordenamento da ordem burguesa, em defesa do Estado, são lutas abstratas e particulares (não podem ser portadoras da essência do massacre dos palestinos, têm de ser portadoras do objetivo pequeno e limitado de uma variação da opressão do capital: um Estado palestino ou algo similar). São abstratas porque não se dirigem à essência, flutuam no fenomênico e nas ilusões burguesas. Propõem hoje um rearranjo – que respeite as vidas palestinas, ou que melhore a vida dos trabalhadores -- impossível no interior da ordem do capital. São reformistas, ao fim e ao cabo. Como todo reformismo, hoje são impotentes.

4. Tática e prática

Fazer um bolo pode parecer muito mais concreto que a tendência à queda da taxa de lucros. De certo modo, o é. Contudo, a crise do capital determina nossas existências coletivas e individuais muito mais duramente, muito mais concretamente, do que nos determina a prática de se assar um bolo.

A consequência deste fato mais geral é que a prática política cotidiana, em períodos que não são revolucionários, é uma prática cujo horizonte é o imediato, o aqui e agora. Luta-se por melhores condições de trabalho ou melhores salários, por melhorias na educação, na saúde, por serviços públicos de melhor qualidade. Em todas estas lutas, o militante pratica o que se revela o mais eficiente para mobilizar os trabalhadores e/ou moradores, desenvolve sua capacidade organizativa e política, melhora a sua sensibilidade para com os costumes, maneiras de agir e de falar daqueles que quer organizar para a revolução.

O que esta prática possibilita ao militante é buscar alternativas estrangidas aos limites desta luta: melhor pressionar desta maneira o Estado do que daquela outra. Esta forma de organização do bairro resulta ser mais forte e resistente, é mais adequada a esta luta do que àquela. Mas não muito mais do que isso. A prática vai demonstrando ao militante que ele pode conseguir vitórias do que julga ser um passo em direção à revolução (uma escola aqui, um asfalto ali...). Anos depois, tornou-se o militante formado nesta prática: conhece seu território como ninguém, possui amigos com populares que se alongam por décadas, é reconhecido como sendo “do lugar”, “um deles”. Tudo isto é importante na vida de um militante, indiscutivelmente.

O que esta prática política não lhe possibilita é superar o localismo e os limites do aqui e agora. Entende que a burguesia domina o Estado e que explora os trabalhadores. Compreende que a luta por água, escola, transportes, etc. é uma resistência

contra esta exploração. Isto é tudo. Esta prática não lhe possibilita ir além. Que o capital vai extrair até a última gota de sangue dos trabalhadores, é algo em que ele pode até acreditar, mas não tem como incorporar à sua prática. O que a prática lhe ensina é que um bairro bem organizado consegue asfalto, escola e saúde, melhorias que outro bairro não tão organizado não conseguirá. Consta que a organização do bairro possibilita uma vida melhor e eleva isso a uma regra com validade universal: a organização do povo demonstra a sua força para conseguir uma vida melhor. Como isso não seria um passo em direção à revolução?

Todavia, é uma prática tão limitada que sequer pode elevar à consciência que, ao melhorar as condições de vida no bairro, ao mesmo tempo, contribui para expulsar para uma mais distante periferia muitos dos trabalhadores que participaram das lutas. Este é um dos “milagres” da especulação imobiliária. As vidas concretas de seu Luiz, seu Pedro, dona Luiza, etc. podem piorar – pioram com grande frequência – com as vitórias do movimento popular. O bairro conhece uma valorização, trabalhadores menos pobres ou mesmo uma classe média baixa passam a habitá-lo. Os mais pobres vão sendo expulsos para uma periferia mais precária e mais distante. Seu Luiz, seu Pedro, dona Luiza, etc. terminam tendo que vender suas casas, têm de morar mais distante de seus empregos em meio ao esgoto e à lama. Voltar a viver em condições tão ou mais precárias das que possuíam antes de lutarem nos movimentos populares.

Isto é uma determinação de classe no ordenamento urbano, uma ação do capital, que não pode ser incorporada ao movimento popular, nem se elevar à consciência que brota espontaneamente deste movimento: nem a consciência das massas, nem a dos revolucionários. Esta impossibilidade não é apenas “teórica”. É imediatamente prática: se o primeiro passo na organização da luta por asfalto ou por escola, for esclarecer a todos que o

movimento valorizará o bairro e terminará expulsando aqueles trabalhadores ali presentes para ainda mais distante, a luta sequer se inicia.

As consequências são ainda maiores.

Essa incompreensão da essência de sua militância conduz nosso militante a novos equívocos. Torna-se logo claro o quanto é útil para o avanço das lutas populares uma relação com este ou aquele deputado, com este ou aquele vereador... e ostenta-se com orgulhos as ruas que “se asfaltou” e as escolas que “se conseguiram”. A qualidade da militância incorpora algo da avaliação de um vereador ou deputado: o quanto se conseguiu para o bairro, para os operários desta ou daquela categoria, desta ou daquela fábrica. Já que o militante está convicto que uma escola aqui, um asfalto ali são conquistas que somam em direção ao socialismo, não é mais que um passo para constatar que, apesar dos pesares, uma boa relação com um deputado ou vereador pode ajudar na luta, trazer vitórias e, assim, nos aproximar da revolução. Como a nossa história demonstra de modo exuberante, este é um desvio muito frequente que conduz ao eleitoralismo. Então, o pântano do cretinismo parlamentar é o destino assegurado.

Quando se trata, portanto, de compreender as razões pelas quais esta prática tão localista, tão particular, não ser capaz de elevar a consciência à totalidade da luta de classe, a explicação é bastante simples. Assim como assar bolos, melhora a qualidade do confeitoiro, mas não lhe possibilita compreender porque ele é um assalariado explorado pelo capital; a prática dos movimentos populares faz brotar no militante uma concepção gradualista, quase sempre etapista, no fundo, reformista, da revolução. Ao invés de estimular sua curiosidade e impulsioná-lo ao estudo da teoria revolucionária, opera uma influência inversa. O torna um especialista no aqui e agora, no “micro”, nas particularidades; sua concepção de mundo não vai além do

horizonte ideológico que corresponde ao horizonte de sua prática. Esta é uma prática que possibilita ao militante aprender como organizar as lutas particulares, mas não o impulsiona para compreender por que as lutas do movimento popular são necessariamente economicistas (no sentido de *O que fazer?* de Lenin) e que a revolução será uma ruptura, não um prolongamento, das lutas locais e particulares.

Em um período contrarrevolucionário, a superação deste limite ideológico fundado por esta prática particular apenas é possível pela via da teoria: daqui que, sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Das lutas cotidianas, particulares, não brota a teoria revolucionária. Esta depende de um conhecimento da totalidade da reprodução da sociedade burguesa, de um conhecimento do que é o capital e como este reproduz. Depende de compreender-se a relação entre a reprodução do capital, as classes sociais e as lutas de classe. Um horizonte estranho ao praticismo⁹ que brota das lutas particulares.

Isto nada mais é do que se constatar, no presente, o que já argumentavam Marx, Engels, Lenin, etc. Ou seja, que nem toda a prática é o critério de verdade da teoria revolucionária – apenas a prática revolucionária pode cumprir este papel. A prática reformista, conservadora, é o critério de verdade do reformismo, da “bandeira” “conservadora” de um “salário justo por uma justa jornada de trabalho”.

Quando, em 1901-1902, Lenin redigia *O que fazer?*, era senso comum entre os revolucionários que a vida sob o capital, de tão alienada, não possibilita que os operários e trabalhadores, por si mesmos, produzam a teoria revolucionária imprescindível à ruptura das cadeias do capital. Marx, Engels, Rosa, etc., etc. olhavam para a história e

⁹ Cf. Lessa, S. (1995) “Crítica ao Praticismo Revolucionário”. Rev. Praxis n.º4, Ed. Projeto, B. Horizonte.

reconheciam o óbvio: a teoria revolucionária é um reflexo das lutas do proletariado e dos trabalhadores em geral. Um reflexo, contudo, elaborado em teoria por intelectuais revolucionários, externos à classe (quase sempre pequeno-burgueses) e trazido “de fora” (Engels, Kautsky, Lenin, etc.) para os trabalhadores e proletários. Não há, aqui, nenhum elitismo. Há apenas o reconhecimento de que a prática do aqui e agora do movimento popular e sindical não pode conduzir, e não conduz, ao desenvolvimento de uma concepção de mundo revolucionária, nem em seus militantes, nem no sentido da teoria revolucionária. A prática dos movimentos populares não impulsiona seus militantes ao patamar revolucionário. Em vez de “tribunos do povo”, se consolidam como burocratas da luta popular. Como “sem uma teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”, a prática do movimento popular e sindical estiola no reformismo. Não tem sido assim? Onde foi diferente?

5. O militante e as massas

O militante deve “aprender com as massas”? Certamente que sim. Como seria sequer razoável afirmar o contrário? A revolução ou será obra dos próprios trabalhadores, ou não será uma revolução proletária.

Contudo, este aprendizado com as massas apenas pode ser revolucionário se o militante for portador de uma concepção de mundo que não pode ser, e não é, resultante imediato da prática do movimento popular e sindical. Se é portador de uma concepção de mundo superadora desta prática, não o seu prolongamento. Só assim é possível compreender o passado -- e o presente.

A função do militante revolucionário é em tudo distinta da função do militante do movimento popular e sindical. Sua tarefa principal é a de organizar a revolução. Organizar tanto no sentido prático quanto no teórico: ajudar a estruturar uma organi-

zação revolucionária, fazer propaganda da revolução, denunciar as mazelas e desumanidades do capital. Sua tarefa é muito distinta da de asfaltar o bairro ou liderar uma campanha salarial em um sindicato – embora até possa fazer isso, em dadas circunstâncias. Para cumprir sua tarefa revolucionária, ele deve ter em vista a “prática” da totalidade da sociedade, compreender o momento histórico em que vive, conhecer a história, principalmente a história das revoluções: esta é uma prática que apenas uma organização revolucionária pode propiciar em tempos de contrarrevolução como o nosso. Esta é uma prática que tem a clareza de que uma boa teoria evita uma série enorme de erros “práticos”.

Em um período revolucionário, nada disso é assim. A essência da sociedade, a essência do capital, se eleva à superfície da vida cotidiana. A luta de classes passa a ser a luta do proletariado contra a totalidade do capital. A luta da burguesia volta-se contra a totalidade do comunismo. Os trabalhadores aprendem em semanas de revolução o que não aprenderiam em séculos de vida “normal”. A teoria revolucionária passa a “explicar” o mundo muito melhor que as teorias burguesas e, então, a ideologia revolucionária pode se expandir para toda a sociedade. A tarefa do revolucionário deixa de ser a da resistência e passa a ser a da ofensiva: a tarefa prática e teórica de como, em cada circunstância, explorar as possibilidades para atender as necessidades colocadas pelo avanço da revolução. São necessidades e possibilidades que se referem à totalidade da luta de classes, à totalidade da reprodução da sociedade: a prática deixa de ter por base o aqui e agora dos anos de contrarrevolução e passa a ter por perspectiva o futuro que se quer construir para a totalidade da humanidade.

Isso tem sido assim em períodos revolucionários. Em momentos contrarrevolucionários como o que vivemos, as tarefas são outras: evitar que convertamos a necessidade em virtude, evitar que

se rebaixe a concepção da revolução à generalização das lutas particulares, locais, dos nossos dias. Cultivar e reproduzir o núcleo teórico-ideológico decisivo da concepção de mundo revolucionária, ser um estímulo ao estudo e investigação que se contraponha ao impulso, que “brota da luta das massas” e da vida cotidiana sob o capital, à ignorância e ao embrutecimento dos militantes.

O movimento popular e sindical gera os militantes de que necessita. Com sua prática localista e particular, “justifica” o militante praticista que nele se desenvolve. Daqui emerge uma concepção de mundo que sequer consegue conceber o que é uma revolução: não pode concebê-la mais do que sendo uma extensão ao infinito do reformismo que leva à prática no bairro, na fábrica ou no sindicato. Tanto o movimento quanto o militante se convertem em presa da ideologia burguesa. Surpreendente seria o oposto.

Não tem sido sempre assim?

A migração para o Partido da Ordem

A década que se iniciara sob o impacto das greves de 1978-1979, terminou com a transição à democracia. Manteve no poder as mesmas classes que, mudando o que deve ser mudado, comandavam o país desde o Descobrimento. Não apenas as mesmas classes, mas, muitas vezes, até os mesmos serviços dos militares (Sarney, Tuma, Tancredo, etc.). Nosso primeiro presidente eleito democraticamente, Fernando Collor, iniciou a “abertura” neoliberal do país e recebeu o beija-mão de Jair Meneguelli, então presidente da CUT, em uma cena tão memorável quanto lamentável.

É nesse momento que iniciou a “costura” da colaboração de classes entre a aristocracia operária, representada pelo “sindicalismo autêntico” (Lula, Jair Meneguelli, Jacó Bittar, Vicentinho, Paulo Gushiken, etc.) e a grande burguesia¹⁰. Esta estava disposta a ser convencida de que seria lucrativa uma aliança com as lideranças operárias “responsáveis”, com as quais “se pode conversar”. Naqueles anos em que o PT ainda não chegara ao governo de vários Estados e, depois, ao Planalto, principalmente pelo controle da base operária e dos trabalhadores. A CUT e o PT, por seu lado, precisavam demonstrar que poderiam controlar suas alas mais à esquerda.

É também nesse momento que a geleiá geral que era a ideologia predominante no PT e na CUT

¹⁰ Malu Gaspar, em *A organização* (2020, Cia. Das Letras) narra em detalhes a aproximação de Lula ao velho Odebrecht, que se inicia já nos anos de 1980, na casa de Mário Covas. Desde então, encontros todos os anos se sucederam e os esforços do grupo Odebrecht foram complementados pelos petistas. Os detalhes são inimagináveis, para nós que estamos fora das rodas do poder. Frei Chico, o irmão de Lula, se converte em um espião pago da Odebrecht no movimento sindical.

nascentes passou a exibir todo o seu potencial para uma acomodação com a burguesia. Um discurso radical, que identificava a democracia à participação dos trabalhadores no Estado, era associado à crítica liberal da experiência “socialista” soviética, ao apoio incondicional e acrítico ao Sindicato Solidiedade na Polônia, à aliança com a Igreja Católica e, para extirpar quaisquer dúvidas, à filiação da CUT ao CIOLS (1992) e aos financiamentos que recebia da socialdemocracia europeia e do sindicalismo estadunidense.

Um discurso radical, que se apresentava como a experiência mais importante e revolucionária dos trabalhadores de todo o mundo, encobria uma prática de acomodação ao capital. Nada disso era uma novidade quando se tratava da ideologia típica da burocracia que brotou da aristocracia operária nos países imperialistas. A novidade é que acontecia com várias décadas de atraso e em um país como o Brasil. Por baixo da pele de lobo, a alma de cordeiro: a negociação só seria possível ao redor de pautas economicistas e corporativas. Esse limite não apenas era aceitável como ainda era conveniente à aristocracia operária e à sua burocracia (aqui, como no resto do mundo¹¹). Nesta migração à direita, foram muito úteis tanto a prática, quanto a organização e o militante típicos do movimento popular e do sindicalismo autêntico, pelas razões que se seguem.

1. O particularismo das lutas e a adesão ao mercado

Já nas primeiras eleições após o apogeu do movimento popular, após as greves de 1978-1979 e do Primeiro de Maio de 1980 em São Bernardo, o refluxo nos bairros era um fenômeno generalizado. A população mostrava-se cada vez mais indisposta

¹¹ Sobre a aristocracia operária, em breve o texto “O que nos espera? Uma análise de conjuntura”. Também Lessa, S. (2013) *Capital e Estado de Bem-Estar – o caráter de classe das políticas públicas*. Instituto Lukács, São Paulo.

às antigas lutas e ao antigo modo de agir: a democracia colocava os políticos burgueses como a melhor via quando se tratava das reivindicações das lutas parciais, particulares, pelas melhorias das condições de vida.

Toda uma geração de militantes, formada naqueles anos, enfrentou esta nova situação partindo das ilusórias certezas que o sucesso gigantesco dos anos anteriores lhe conferia. O povo estaria se afastando porque o movimento se radicalizara além da conta no apoio às greves operárias. Necessário se fazia um recuo para os dias em que não se discutia política, nem se falava mal dos patrões. Recua-se politicamente, ao invés de questionar se as reivindicações nos bairros possuíam de fato a essência revolucionária que postulavam. O basismo apresentava seu primeiro aspecto conservador. Havia, contudo, outro: principalmente do PCdoB, veio a tese segundo a qual a opção eleitoreira seria uma evolução da consciência popular em direção à “política”. Apoiar a eleição de um político seria um passo na direção de se apoiar a luta política revolucionária. Elegeu-se Ana Martins, histórica liderança da Zona Leste, à vereadora.

A concepção de que a revolução seria a evolução cotidiana, de passo em passo, das lutas particulares, locais, que a revolução seria plantada pelo movimento popular e pelo movimento sindical; o basismo que servia cada vez mais de fundamento para a crítica das experiências “autoritárias” do socialismo soviético, chinês, etc.,-todos esses elementos confluíam com o movimento ideológico de dissolução dos elementos populares e progressistas do movimento popular no conservadorismo da democracia burguesia. Entre os operários, em uma involução similar, as comissões de fábricas iam sendo substituídas pelos sindicatos.

Para o militante convicto de que a revolução viria da organização e generalização das lutas populares e sindicais, era mais importante a conquista

de um asfalto ou escola, ou de uma melhoria salarial, do que milhares de plataformas revolucionárias. O que importava eram os passos concretos dados pela população em sua vida cotidiana, em sua resistência espontânea à opressão. Denunciar o capital ou fazer a propaganda do comunismo não apenas era inócuo, como ainda um enorme equívoco. Resultaria apenas no isolamento das organizações revolucionárias: a população se afastaria.

A geração de militantes formada nestas circunstâncias e marcada por estas concepções estava desarmada, prática e teoricamente, para enfrentar o aburguesamento e a involução à direita tanto das organizações, quanto das lutas populares e operárias. O caminho para que tais militantes se convertessem em políticos e burocratas a serviço do capital estava não apenas aberto, mas já asfaltado. O que importaria seria a luta e as vitórias concretas. Luta-se não para as gerações futuras, mas para o presente: o sindicalismo de resultados confluía com o que restara das lutas populares. Esta involução é a manifestação mais visível dos limites da luta local, particular, sindical ou “popular”: se inicia, e termina, nos braços da burguesia.

O mesmo, ainda que com algumas outras mediações, é encontrado no movimento operário. Tal como no movimento popular, a única luta capaz de superar a fragmentação dos trabalhadores, o confronto geral com o capital, é também a ameaça de morte à aliança da aristocracia operária com o capital. A manutenção do poder da burocracia sindical e partidária, poder fundado na aliança com a burguesia, requer um discurso cuidadosamente radical e uma prática de colaboração de classe. Os limites economicistas e corporativos não apenas eram aceitos, como ainda eram convenientes aos burocratas do sindicalismo autêntico e do PT. O corporativismo e as pautas economicistas passaram a ser cada vez mais claramente defendidos. As

diferenças entre a CUT e a Força Sindical, para ficar apenas com um exemplo, foram desaparecendo.

Em um movimento análogo ao dos países imperialistas, a nossa aristocracia operária encontrou nos burocratas da CUT e do PT (e seus assemelhados) sua melhor expressão ideológica e política. Já sabemos o final desse percurso: a aristocracia operária, conduzida por seus burocratas, passou a ser fiadora do “desenvolvimentismo” petista, e a República tornou-se a “República dos Sindicalistas” (Chico de Oliveira). Não há contradição alguma no fato de essa “República dos Sindicalistas” ser a continuidade do nosso “passado colonial”, nem que seja o instrumento especial de repressão dos trabalhadores a serviço das classes dominantes. Uma vez mais, na nossa história, o novo não passa de uma atualização modernizada do velho. A volta ao Planalto de Lula em 2022 apenas torna este quadro ainda mais nítido.

Política e ideologicamente, o movimento popular e o “novo sindicalismo” eram irmãos siameses. Não houve dificuldades para que se articulassem em um projeto comum de “aprofundamento da democracia” pela “maior participação dos trabalhadores” no Estado. A aristocracia operária recebeu do movimento popular uma legitimação que teve sua importância, principalmente nas primeiras eleições da década de 1980. Cada espaço conseguido pelas lideranças petistas e cutistas em negociações com o patronato era aclamado como uma vitória dos trabalhadores e da luta popular – cada vez menos dita “socialista” e crescentemente caracterizada como democrática. Se esses “espaços” eram conquistados não por um recuo da burguesia, mas sim das lideranças sindicais; se quem acumulava forças era a burguesia, e não o proletariado, era algo que nem sequer entrava em questão. Pois, do que se tratava, era da conquista de um lugar ao sol para a aristocracia operária e sua burocracia, tal

como nos países imperialistas, ou, como se dizia, tal como nos “países de democracia avançada”.

Há uma escala crescente de acomodação das lideranças da aristocracia operária às necessidades do capital. Do Orçamento Participativo, das Câmaras Setoriais às sucessivas negociações envolvendo demissões em massa de trabalhadores e operários; dos estímulos dos sindicatos para que suas bases aceitassem os acordos de demissão voluntária também, mas não apenas, por meio de cursos de empreendedorismo promovidos nas sedes dos próprios sindicatos e nas fábricas; das pressões dos sindicalistas sobre os trabalhadores para que aceitassem a intensificação do trabalho inerente à “reestruturação produtiva”: as traições vão se acumulando até alcançarem sua maturidade com a traição da greve dos petroleiros de 1995 e o apoio à reforma da Previdência de 2004¹², em meio à maior greve que o petismo enfrentou – até o momento.

2. O reino do “cretinismo parlamentar”

Em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, ao criticar a forma e o conteúdo das lutas da pequena burguesia na Revolução de 1848, Marx cunhou a expressão “cretinismo parlamentar”. Brevemente: a ilusão de que os verdadeiros problemas sociais são resolvidos no Parlamento, de que as lutas nas ruas não passariam de instrumentos de pressão sobre o Parlamento. Algo análogo encontramos no migrar para o seio da burguesia das lideranças do movimento popular e do sindicalismo autêntico.

A superestimação da importância das instituições democráticas, dos processos eleitorais, dos

¹² Lembremos um fato importante: em meio à greve do funcionalismo público contra esta reforma da Previdência, o MST organizou uma enorme manifestação em Brasília *contra* a greve e em apoio ao governo. O mais articulado movimento dos trabalhadores do campo da história do Brasil comprava com isto seu bilhete de entrada nos salões do Partido da Ordem.

sistemas burgueses de representação, esses e outros elementos da ideologia burguesa foram sendo “trazidos” para o “ideário dos trabalhadores” (como se dizia na época). Tal aburguesamento foi acompanhado pela centralização burocrática e pelas sucessivas reformas dos programas e documentos estratégicos – tanto do PT quanto da CUT. Que o “novo sindicalismo” defenda, ontem como hoje, uma “sociedade cada vez mais democrática”, isto é, com uma “participação cada vez maior dos trabalhadores no Estado”, e pelos mesmos atos e nos mesmos instantes, defenda também sindicatos e partidos “dos trabalhadores” cada vez mais centralistas, autocráticos e burocratizados, não é sequer um paradoxo. Nesse discurso, “participação dos trabalhadores” significa, de fato, acesso da burocracia sindical aos postos do Estado. Jamais o controle dos sindicatos e centrais sindicais pelas suas bases.

Em se tratando das organizações sindicais e do movimento popular, a Constituinte foi o cenário ideal para que a concepção democrática, politicista e eleitoreira – mas ainda com uma ala “radical” – dos anos de 1980, degenerasse em “cretinismo parlamentar”. Elemento integrante da ideologia democrática, do cretinismo parlamentar, era a “crença” segundo a qual uma “boa Constituição” faria deste um novo país. Nosso passado colonial, o complexo processo de formação da burguesia brasileira e do seu antagonista histórico, o proletariado – ao lado de outros traços “profundos” do Brasil contemporâneo –, seriam revogados ao se conseguir inserir na nova Constituição institutos que favorecessem a participação e a iniciativa democrática das massas. Tudo seria decidido (a nosso favor!) pela eleição de “constituintes” e, portanto, era necessário disputar com a burguesia o voto das massas.

Deveríamos adequar o discurso para conseguir o máximo dos votos – ainda que isso custasse não

dizer *tudo* ao povo. Seria uma mera questão de tática dizer o que o eleitor queria ouvir e se calar sobre questões “delicadas” (comunismo, aborto, opressão da mulher, revolução, propriedade privada, crítica à religião, etc.). Conquistados os votos, venceríamos na Constituinte, via segura ao socialismo. Deveríamos fazer alianças com políticos burgueses e defendê-los junto “ao povo”, sempre que isso ajudasse a eleger “nossos” representantes. A propaganda revolucionária (Lenin), então, já fora substituída pelo oportunismo eleitoral.

Essa involução, a perda até mesmo do limitado caráter contestador do movimento popular e do novo sindicalismo, se aprofundou ao longo do tempo. Os movimentos popular e operário entraram nos anos de 1990 em refluxo nas cidades, deixando aberto o espaço que seria ocupado pelo MST. A reestruturação produtiva avançava, a desmobilização crescia na mesma velocidade do sucesso eleitoral das políticas neoliberais, primeiro na esteira do Plano Real de FHC e, na sequência, dos governos Lula1 e 2. O PT negociava com a burguesia, Meneguelli beijava a mão de Collor, a CUT se rendia à FIESP. Os operários do ABC – sob a liderança de sua aristocracia – reduziram-se à base eleitoral do neoliberalismo. Os avanços na Constituinte nem sequer resultaram numa alteração para melhor da nossa tradicional má distribuição da renda, quanto mais na “Nova Democracia” que abriria o caminho ao socialismo. O restrito apoio popular obtido para a eleição dos constituintes se esgarçaria nas eleições seguintes.

Perdidos a base e o apelo populares, para ser vitoriosa a estratégia eleitoral precisava se “profissionalizar”, isto é, tornar-se burguesa não apenas no conteúdo, mas também na forma. Uma vez mais: o importante era eleger parlamentares para aprofundar a democracia – mediação segura ao socialismo. O Parlamento vai se convertendo, nessa

involução ideológica, no local privilegiado – e, depois, no único local – em que se faz Política (agora, com “p” maiúsculo).

As vitórias de Pirro na Constituinte (o ECA, o SUS, etc.) se completaram com a derrota de 1989 do PT ante Collor. A ala esquerda dos movimentos populares, da CUT e do PT, ao invés de questionar os fundamentos dessas tantas e sucessivas derrotas, concluiu, como uma verdade revelada, que uma “boa” Constituição não era suficiente. Seria preciso ter “vontade política” para dar vida a ela. Trocando em miúdos, as (pretensas) vitórias na Constituinte apenas alterariam o país com a eleição de Lula à Presidência.

3. Adeus, esquerda

Adotada essa perspectiva, a esquerda estava desarmada nos seus confrontos com a burocracia sindical “autêntica” e com a camarilha dirigente do PT. Ao aceitar a tese de que tudo seria decidido pela eleição à presidência de Lula, a esquerda do campo petista teve de aceitar como legítimo tudo o que fosse necessário para ganhar as eleições. O que incluía, entre outras coisas, a “profissionalização” do PT e da CUT: o aprofundamento da sua burocratização, do seu autoritarismo e da prática de “recursos não contabilizados”, como diria Delúbio quando a corrupção petista se tornou pública. Tudo isso a serviço da disposição, declarada no discurso e efetivada na prática, de ser mediador na “colaboração de classe”. O “desenvolvimentismo petista” entrava em cena e conheceria seus quinze minutos de fama (lembra-se de Dilma jactando-se junto a Obama do modo petista de enfrentar a crise de 2008?)

De anticapitalistas, o PT e a CUT agora se apresentam como melhores administradores da ordem burguesa que os próprios burgueses (no que não estavam mentindo, ao menos em parte e momentaneamente). Ao aderir à tese de que as “vitórias” na Constituinte só saíam do papel com a eleição

de Lula, a esquerda petista estava irremediavelmente derrotada; a partir de então não era possível questionar, quanto mais se contrapor, ao caminhar à direita das lideranças da aristocracia operária brasileira e de seus irmãos siameses do movimento popular. Os resquícios de radicalismo da estratégia revolucionária democrática dos anos de 1970 deveriam ser enterrados; um PT “profissional e competente”, na verdade, burguês, corrupto e burocratizado, foi o resultado da vitória final do cretinismo parlamentar. O Projeto Democrático-Popular foi apenas a expressão – a história tem sua ironia – de uma esquerda que jamais deixou de ser a ala esquerda da burguesia liberal.

Papel importante na justificação ideológica nessa jornada para o regaço da burguesia tiveram as muitas e variadas teses que afirmavam (e ainda afirmam) que não há mais distinção entre os trabalhadores e proletários, bastaria ser assalariado para ser membro da mesma e única classe social “revolucionária”. Há investigações que tratam dos graves problemas oriundos dessas teses para a compreensão da reprodução da sociedade burguesa – de como, das mais variadas formas, caminham ao idealismo tanto ao desvincular as classes sociais da reprodução do capital, quanto ao ampliar o trabalho, do intercâmbio material da sociedade com a natureza, às atividades de planejamento e concepção, de educação, de assistência social, etc.¹³

¹³ Conferir, de uma longa bibliografia, Gounet, T. (1999) *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. Boitempo, São Paulo. Kumar, K. (1997) *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro; Lessa, S. (2012a). *Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho*. 2ª. Edição. Instituto Lukács, São Paulo; Lessa, S. (2002) “Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva”. Revista Crítica Marxista, Ed. Xamã, São Paulo; Lessa, S. (2011). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª edição, Ed.

Agora, devemos apenas chamar atenção a que, ao afirmarem não haver distinção entre o proletariado e os trabalhadores assalariados não proletários, ao postularem que todos os assalariados formam uma única e mesma classe social, essas teses contribuíram para mascarar a presença da aristocracia operária entre os demais trabalhadores. Ao fazê-lo, impossibilitam uma crítica revolucionária da aristocracia operária e do seu papel de “lugar-tenente” da burguesia no seio do movimento operário. Tais teses fortalecem a burocracia oriunda da aristocracia operária. Contaram, desde o início, com o apoio de dirigentes da CUT e do sindicalismo autêntico, ganharam o gosto da imprensa e da universidade burguesas¹⁴. Converteram-se em parte significativa da ideologia peculiar à burocracia sindical e à colaboração de classes. Cumpriram e cumprem o triste papel de auxiliar a consolidação da colaboração de classe. Foram teses auxiliares na elevação aos altos postos de comando do Estado dos burocratas da aristocracia operária, fiéis aliados dos “versalheses” contra os “comunardos”.

4. O PT na Presidência

A virada à direita “deu certo”. Quando Lula chegou à Presidência, uma enorme parcela da esquerda se emocionou como se fosse a vitória, afinal, da estratégia democrática dos anos de 1970. Uma parcela não tão grande aderiu ao poder.

Cortez, São Paulo; Lessa, S. (2014) *Cadê os operários?* Instituto Lukács, Maceió.

¹⁴ Internacionalmente, teses muito similares já são encontradas nos primeiros anos de 1960. O primeiro texto que teve longo impacto entre nós é o de Braverman, *Trabalho e capital monopolista* (Zahar ed., 1981). Na atualidade, o autor entre nós mais importante nesta vertente é Ricardo Antunes. De todos os autores (Rui Braga, Giovanni Alves, etc.), Antunes é o mais consistente e com uma tese com profundas repercussões ontológicas, a de que o trabalho teria deixado de ser o intercâmbio do ser humano com a natureza para se converter em praticamente a totalidade das atividades humanas. Esta tese e o quanto é inconsistente foi discutida em detalhes em Lessa, S. (2011). *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2ª edição, Ed. Cortez.

Repetimos: a história fez pouco desta ilusão – agora não mais tão militante quanto no passado. A vitória do PT foi a vitória, contra o trabalho, da aliança da aristocracia operária com o capital. Essa é a essência da derrota do projeto democrático dos movimentos populares e do “sindicalismo autêntico” que, na sua origem, se pretendia revolucionário: impulsionou a colaboração de classes na era petista. A transição para a democracia conduziu a uma forma de controle da burguesia sobre os trabalhadores mais eficiente do que a Ditadura. Muitos dos revolucionários do passado degeneraram em uma nova burocracia, ilustrada e moderna, alojada no Estado, nos sindicatos (hoje, paraestatais), na imprensa e nas universidades – e também na direção do que restou do movimento popular, com cada vez menos exceções.

A derrota da geração dos movimentos populares é também – e essa é uma consequência que em parte poderia ser evitada por uma consciência mais elevada do processo – a degenerescência dos seus indivíduos. Muitos se converteram de “tribunos do povo” (Lenin) em “lacaio do capital” (perdoem a recaída nos anos de 1970). Lula, Genoíno, Delúbio, Dilma Rousseff, Valério Arcary e Zé Dirceu não são fenômenos isolados. Hoje, o sindicalismo e o movimento popular são, antes de tudo, um meio de ascensão social. Nas eleições de 2024, o MST lançou certa de 600 candidatos no mundo afora, segundo a imprensa. Quanto a isso, infelizmente, nem é preciso estender-se.

A integração entre a aristocracia operária e o grande capital consumiu muito menos tempo no Brasil que na Europa e nos EUA. Há profundas razões para esse “aceleramento da história”. O próprio fato de conhecermos tão tardiamente a industrialização permitiu que nos apropriássemos de seus estágios mais avançados sem termos de passar pelos estágios intermediários. A nossa estrutura de classes, com trabalhadores disciplinados e com

parca tradição de lutas e revoltas; uma classe dominante capaz de manter uma aliança entre os latifundiários e os setores burgueses mais avançados (dado seu interesse comum de produção de mais-valia absoluta) e, desde sua gênese, associada ao capital internacional--, tudo isso possibilita que a acomodação da aristocracia operária ao capital não encontrasse nas lutas de classe obstáculo mais significativo. A debilidade histórica de nossa burguesia e a precocidade¹⁵ de nossa aristocracia operária convergiram para fazer que um camponês nordestino, “que deu certo” ao se converter em operário, se tornasse a individualidade mais bem talhada para conduzir essa colaboração de classe desde o Planalto, neste início de século.

Nossos sindicalistas sabiam qual o caminho a percorrer: tinham o “modelo” europeu e estadunidense para se inspirar¹⁶. Nossos burgueses também já sabiam o que havia dado certo nos países imperialistas. Além disso, não havia nada semelhante a um Estado de Bem-Estar para “ser desmontado”. As nossas centrais sindicais já surgiram filhas da reestruturação produtiva, já se organizaram como instrumentos de controle da resistência dos trabalhadores e dos proletários à *lean production* e ao *just-in-time*. Ao final da década de 1980, o fundamental da esquerda formada nos movimentos populares e no sindicalismo autêntico já tinha sido cooptado pelo horizonte burguês e se convertido em força “parlamentar e eleitoreira”: nenhum acúmulo para a revolução viria ou virá desse horizonte, como a história tem demonstrado já por décadas. A aristocracia operária pôde “custurar”

¹⁵ No sentido de que muito cedo demonstra capacidades ou habilidades próprias de crianças mais velhas, ou de adultos.

¹⁶ Sem esquecer, claro, das verbas e recursos vindos da Europa e dos EUA: a aristocracia operária sabe reconhecer os seus e aos seus aliados em toda parte do mundo. Daí o “internacionalismo aristocrático-proletário”.

sua aliança com a burguesia sem a oposição de uma ala esquerda com fortes e históricas bases nos trabalhadores. Aos burgueses não havia a tarefa, “penosa” em outros países (veja-se a França) de desmontar um Estado de Bem-estar. O que levou décadas na Europa foi realizado em poucos anos entre nós.

Foi assim que a redemocratização teve também o efeito de reconhecer plenamente a cidadania da nossa aristocracia operária. Os sindicalistas tomaram de assalto a República não porque os capitalistas perderam o poder, mas porque os sindicalistas se converteram, na expressão de Bihr, em “cães de guarda do capital”.

Daí a força do PT-CUT no governo federal. Daí, também, sua decadência atual.

A moderna democracia brasileira se afirmou por uma continuidade, nas condições contemporâneas, do nosso “passado colonial”. As coisas mudaram: somos hoje muito mais eficientes na produção de mais-valia e as classes dirigentes incorporaram ao Estado a burocracia oriunda da aristocracia operária. Dirigiram o país, nos anos petistas, com uma aliança de classes que inclui, também e como sócio amplamente minoritário, os burocratas e a aristocracia operária¹⁷. Contudo, “as coisas” permaneceram as mesmas: continuamos sendo produtores de mais-valia a ser acumulada pelo grande capital internacional e seus sócios brasileiros; os trabalhadores são cada vez mais intensamente explorados e as riquezas naturais são destruídas segundo a sanha do capital.

¹⁷ Vicentinho, advogado, há quase 20 anos é Deputado Federal. Jair Meneguelli tornou-se proprietário de um haras de cavalos de raça. Lula, hoje milionário, está no Planalto... estes exemplos estão longe de serem atípicos, antes representam uma persistente tendência de ascensão social, resultante da colaboração de classes, de uma importante fração da aristocracia operária convertida na burocracia sindical e partidária.

Vistos dos nossos dias, esta foi essencialmente a função histórica cumprida pelos movimentos populares e pelo sindicalismo autêntico. De forças influentes na decadência da Ditadura Militar, se converteram em órgãos e extensões da ordem burguesa. Por sua potência histórica, sua ampla base social, são um forte exemplo de como as lutas populares e sindicais não possibilitam que se vá para além de lutas por reordenamentos no interior da ordem do capital. São reformistas no todo e nas partes. São impotentes quando se trata de acumular forças, junto às massas e nas organizações revolucionárias, em direção à revolução.

Reconhecer sua essência é decisivo, mas não resolve a questão tática e estratégica de se os revolucionários devem ou não neles participar – e, se sim, com que finalidade. Encaminhar esta questão requer ao menos a incorporação da avaliação das lutas de classe no presente – o que não foi nem pode ser realizado neste texto.

Então, o que fazer?

Esta é a questão das questões... após tantos anos sem uma revolução digna do nome, que nos possibilite não apenas divisar na luta de classes intensa o comportamento das classes e de seus distintos setores, sem um confronto que nos possibilite testar nossos pressupostos e nossos princípios, os nossos conhecimentos da sociedade e a nossa capacidade organizativa --, seria surpreendente tivéssemos toda clareza na tática e na estratégia. Se a busca de uma estratégia, nestas condições, é uma operação das mais complicadas e sujeita a erros de monta, traçar uma tática é algo ainda mais inseguro. Contudo, não há como escapar a essas tarefas e aos erros inevitáveis -- a não ser que abramos mão da militância.

Da determinação da insuperável essência burguesa dos movimentos populares e do movimento sindical, não se segue mecânica, diretamente, uma estratégia e uma tática. Há, aqui, que se levar em consideração o momento que se vive, a sólida aliança entre as finanças, a indústria e o *agro*, o peso da contrarrevolução predominante, a intensificação das contradições sociais, a imaturidade revolucionária dos trabalhadores e proletários, a crise estrutural do capital, etc. Tarefa que, hoje, nenhum dos agrupamentos revolucionários pode levar avante isoladamente. Tanto porque as tarefas teóricas requeridas são grandes, como também porque a inserção no movimento de massas é ainda, em todos os casos, localizada e muito pequena.

O que a nós do Cordel parece o mais razoável, nestas circunstâncias, é atuar conjuntamente em três níveis. Intensificar as discussões e trocas de experiências que temos acumulado entre nós, favorecer que o que temos acumulado possa ser investigado em seus fundamentos, promover a mais elevada discussão da teoria revolucionária que formos capazes, potencializar reciprocamente

nossa capacidade de produção teórica. Ao mesmo tempo, e sem que o acima venha a se converter em um obstáculo, cada organização se apropriar dos ganhos na compreensão da prática e da teoria revolucionárias, da realidade do país e da crise do capital, de tal modo a fortalecer a militância junto aos trabalhadores e proletários que já realiza – ou que pretende realizar. Não menos concomitantemente, propiciar a ocasião para que, do contato e do conhecimento entre as organizações e indivíduos, possa surgir uma aproximação e coordenação, na medida que for possível e necessário ao acúmulo revolucionário de forças em cada organização.

O que se segue, portanto, nem é e pretende ser uma “diretiva”, nem se propõe como a solução para os graves problemas que temos enquanto revolucionários. É apenas o que nos parece ser o ponto de partida mais razoável, nas circunstâncias. Admitimos, desde já, que é enorme a possibilidade de estarmos equivocados. Contudo, nas atuais condições teóricas e práticas, não enxergamos alternativa.

1. O papel da organização revolucionária

Há um pequeno – e muito ruim – livro de Aarão Reis, publicado em 1988, *A revolução faltou ao encontro*, no qual argumenta que teríamos tudo o necessário a uma revolução (intelectuais, partidos, teorias, etc.). Ela, a revolução, contudo, teria faltado ao encontro (“a revolução faltou ao encontro”¹⁸, são suas palavras.) O livro é uma expressão do misto da surpresa e espanto com que os militantes revolucionários daqueles anos confrontavam a nova realidade que nascia dos anos finais da Ditadura: a democracia, tanto não era a antessala do socialismo, quanto ainda consolidava o poder do

¹⁸ Reis, Aarão (1990) *A revolução faltou ao encontro*. Ed. Brasiliense, São Paulo, p. 186. Um balanço daqueles anos do movimento popular está também em Sader, E. (1988) *Quando novos personagens entraram em cena*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

capital. Como outras vezes em nossa história, a mudança da ditadura à democracia não iria além da continuidade do velho sob novas formas: a produção da riqueza dar-se-ia pela máxima exploração possível dos trabalhadores, pela destruição da natureza necessária à reprodução do capital e pela máxima concentração de riqueza nas mãos do imperialismo e seus sócios internos.

Como seria isto possível?, perguntavam-se perplexos os militantes. A chave da revolução não seria a organização dos trabalhadores nos bairros e nas fábricas? Esta organização não evoluíra de modo espantoso, mesmo para seus dirigentes, nos poucos anos entre 1973 e 1978? As comissões de fábrica não surgiram, apesar de todas as dificuldades, sob a Ditadura? Novas lideranças e novas organizações não adquiriram a capacidade de sobreviver à repressão e garantir uma certa continuidade na acumulação de forças? Se a revolução se construiria no dia a dia, se seria um processo paulatino de acúmulo, porque tal organização e tal avanço nas lutas não se refletiam em uma democracia “avançada”, que questionasse o velho capitalismo, o imperialismo, abrindo caminho ao socialismo?

A entrada do povo na política, através das eleições e partidos legalizados, não deveria introduzir na cena nacional elementos populares, revolucionários, que apontariam ao socialismo? Por que nada disso acontecia? Quais as razões de ocorrer o exato inverso: o aburguesamento do movimento operário e popular, a burocratização destes movimentos, a degenerescência ideológica dos revolucionários? O caminhar à direita do PCB, do PCdoB e do antigo MR8 eram os mais impactantes, mas longe de serem os únicos. Por que não avançávamos para a “Nova democracia” (Mao Tsé-Tung)? Um pouco mais adiante, as questões se tornaram ainda mais prementes. No Planalto, Sarney, depois Collor e, mais adiante, Fernando Henrique: por que nossas previsões e nosso programa

de uma revolução por etapas foram frontalmente negados pela história? Afinal de contas, exatamente ao contrário do que se defendia (isto é, que a crise tornava o capitalismo incompatível com a democracia), a democracia se revelou não apenas compatível com o capital, como ainda uma forma de domínio burguês mais eficiente do que a ditadura.

A tentativa de resposta de Aarão Reis não podia, naquelas circunstâncias, ser outra: “a revolução faltou ao encontro”. O equívoco não estaria nos revolucionários. Fizeram tudo o que deveria ser feito: o que faltou foi ela, a revolução, comparecer ao encontro. A única resposta possível a Aarão Reis porque toda a sua concepção de mundo estava equivocada. Sem superar essa concepção por inteiro, a resposta não poderia ser outra: fizemos o correto. Faltou a história. Conclusão inevitável: basta repetir o realizado no passado, pois ele estaria essencialmente no rumo correto. Fora um ou outro equívoco, deveríamos mirar o passado para repeti-lo.

É verdade que não se pode fazer mais do que a história abre de possibilidades e necessidades. Por vezes, “carecemos” da história. Neste caso que analisamos, contudo, apenas uma profunda ilusão poderia sustentar a concepção de mundo no interior da qual o socialismo seria o resultado de uma longa evolução, cotidiana, que seria preparada nas lutas locais, “concretas”, particulares. Apenas nesta concepção o socialismo poderia ser uma modalidade de Estado (não sua superação), uma nova forma de mercado (não sua superação) e uma nova forma de assalariamento (não sua, novamente, superação). Apenas nesta concepção a ultrapassagem jurídica da propriedade individual (de individual a

propriedade privada¹⁹ estatal) poderia corresponder à superação das relações de produção capitalistas. Apenas nesta concepção de mundo o ecletismo e superficialidade das elaborações teóricas típicas do movimento popular e sindical poderiam pretender orientar uma revolução. Igualmente, apenas nela uma revolução etapista seria concebível.

Sem que da pena de Aarão Reis seguisse tal conclusão, ela seria inevitável no curto prazo: já que a revolução “faltou ao encontro”, o que poderiam fazer os revolucionários senão buscar, dentro da ordem, o menos pior para os trabalhadores? Descartada a hipótese de se rever os equívocos, examinar seus fundamentos, questionar os alicerces da concepção de mundo; assumida a tese de que foi a “revolução que faltou ao encontro”, qual a alternativa restante aos revolucionários? Apenas reafirmar os antigos e equivocados fundamentos, em uma versão aparentemente mais elaborada, apenas na aparência uma evolução: a via à revolução ocorreria pela “guerra de guerrilhas” proposta por uma interpretação liberal de Gramsci, a “contra-hegemonia” seria construída ocupando-se postos no interior do Estado.

A estratégia guerrilheira de Guevara, Marighella e Sandino se converteu em uma estratégia eleitoral. A antiga concepção de que o socialismo se constrói nas lutas particulares cotidianas vai se atualizando aos novos tempos: eleger parlamentares, prefeitos, governadores e presidentes ocupa não apenas o centro, como ainda ordena a totalidade da vida dos militantes e dos partidos. As dinâmicas partidárias e as atividades militantes são organizadas cada vez mais intensamente pelo calendário eleitoral definido pelo Estado – tal como a vida

¹⁹ Lembremos: a propriedade privada não é uma “coisa”, mas a relação social de expropriação do trabalho excedente.

sindical resume-se cada vez mais às negociações e campanhas salariais nas datas-base.

Nos bairros e nas fábricas, a mesma involução se expressa de uma forma um pouco distinta. A população passa a preferir, sob a democracia, ao invés do árduo trabalho de organizar as lutas reivindicativas, apostar na eleição dos políticos burgueses. Ao contrário das lideranças populares, são os políticos os detentores do poder para atender às reivindicações particulares, localistas, dos bairros: uma escola, asfalto ou posto de saúde, etc. Parte das lideranças do movimento popular interpretava esta involução como avanço: a consciência popular estaria deixando o plano economicista e se elevando ao plano político (numa interpretação falseada de Lenin e de *O que fazer?*). Outra parcela terminou desanimando e deixando o movimento. As organizações nos bairros foram se convertendo, por vezes com o apoio de moradores, em comitês eleitorais. De fato, realmente, é mais fácil e menos trabalhoso conseguir escolas e asfalto pela eleição de um político “do bairro” do que pelas lutas populares. Quem pode culpar a população por esta escolha tão sensata?

Nas fábricas, a involução se deu, primeiro, com a destruição dos comitês de fábrica pelo petismo e pelo sindicalismo autêntico que então se estruturavam. O material produzido pela Luta Operária (“Grupos de fábrica e a luta operária”, Coletivo Veredas, 2023) detalha essa destruição e suas consequências. Logo a seguir, a involução foi impulsionada pelos impactos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, pelo desemprego que favorecia a desmobilização organizada pelos sindicatos. Terminou-se com uma única alternativa “de luta”: o sindicalismo de resultados da Força Sindical, logo a ser adotado também pela CUT e hoje amplamente dominante na vida sindical.

2. Lições a tirar

Após décadas, é possível hoje se compreender que o papel dos partidos e organizações revolucionárias poderia ter sido outro – se não fossem aqueles partidos e aquelas organizações. Não fossem, para sermos breves, a continuidade da decadência teórica e prática das organizações revolucionárias condensada na trajetória da III Internacional. Não tivessem sua compreensão da realidade em que atuavam bloqueada pelas concepções de socialismo como uma nova modalidade de Estado, pelas suas concepções filosóficas e políticas idealistas e mecanicistas, e pela sua ignorância da história – em uma palavra, não fossem organizações idealistas e incapazes de compreender a essência do mundo a ser transformado. Se os comunistas não fossem uma continuidade desta involução dos revolucionários e suas organizações, não ficariam prisioneiros da lógica do “menos pior” para justificar, a cada eleição, o seu caminhar para a direita. Poderiam haver compreendido que um período contrarrevolucionário se abria e que, nele, não seria possível movimentos de massa revolucionários. Contudo, que a democratização da sociedade possibilitaria a reprodução de pequenos, sem peso de massa, agrupamentos revolucionários que poderiam, como sempre na ausência de uma luta de classes mais intensa, organizar-se, formar quadros, investigar a evolução da crise do capital e concentrar suas forças – necessariamente poucas e débeis, mas existentes -- onde estratégico nas lutas econômicas, locais e sindicais. Teria sido possível um acúmulo de forças, tanto práticas quanto teóricas, qualitativamente distinta da situação em que nos encontramos.

Com isto, as organizações e partidos revolucionários poderiam, ao menos em parte, evitar a degenerescência das individualidades revolucionárias em burguesas e contrarrevolucionárias. Não é um mero fenômeno social sem importância a migração em massa dos revolucionários do passado à ordem

burguesa atual. Parte, ao menos, desta perda poderia ter sido contida. Compreender as razões históricas da derrota, compreender os equívocos do passado e criticá-los pela esquerda, possibilita compreender também que tal derrota é passageira, que o capital não é o destino fatal da humanidade, que é nos períodos contrarrevolucionários que se formam os quadros e se desenvolve a teoria imprescindível à revolução.

Nosso presente seria, então, um tanto quanto distinto. Não teríamos que repetir as experiências nem nos limitarmos a rememorar as concepções passadas. Aprender com o passado, se apropriar das experiências passadas, das derrotas decisivas e das vitórias pontuais, é tudo menos conhecê-lo superficialmente e se propor a repeti-lo. O fato de termos chegado aos nossos dias sem ter ao menos um único estudo profundo sobre os trabalhadores e operários em nosso país – para não dizer do planeta – é um bom índice do que poderia ter sido feito e não o foi. Que militemos por décadas sem sermos orientados por uma tal compreensão é uma bela amostra da qualidade de militantes que hoje somos. Que consideremos tudo isso natural e “não percamos com isso o sono”, não é uma evidência escandalosa do baixo nível a que chegamos enquanto revolucionários?

Teria sido possível, naquelas circunstâncias, naqueles anos de 1970/80, um tal patamar mais elevado de consciência? Não, certamente. Contudo, não porque não houvesse experiências e teorias da luta revolucionária nacional e internacional que possibilitassem uma consciência revolucionária do que vivíamos, mas porque escolhemos limitar nossos olhares ao horizonte imediato, do aqui e agora, das lutas particulares e concretas (como argumentamos, impulsionados pela prática das lutas populares e sindicais). Perdemos, assim, o contato com a história. Perdemos a possibilidade de compreen-

der a nós próprios, crescer com nossos erros e acumular (ainda que limitadamente, pois são tempos de contrarrevolução) com nossos acertos.

Hoje, desta derrota, se impõe a primeira tarefa aos revolucionários: compreender as razões de sermos o que somos. Reconectar com a história. Examinar em profundidade as razões que nos conduziram, de um passado em que avaliávamos que a revolução estaria na esquina, ao presente em que a revolução parece haver se perdido em um longínquo futuro que se confunde com a destruição da humanidade. Isto é possível: há recursos, há conhecimentos acumulados, há indivíduos.

Não é preciso dizer que será um percurso longo, permeado por debates e confrontos, pela adoção de novos ou confirmação de velhos pressupostos e fundamentos. Esta é uma das razões para as organizações levarem em conta as questões de segurança: apenas podem ter continuidade os esforços que não sejam destruídos ao primeiro aguçamento da luta de classes que nos converta em alvo da repressão.